Relatório de Disciplina de Mercado

Dezembro de 2015



I. NOTA INTRODUTÓRIA

A Disciplina de Mercado é uma das exigências constantes do Aviso n.º 3/GBM/2012 concernente a implementação do Acordo de Basileia II. Este acordo visa assegurar a convergência internacional de mensuração de capitais face ao risco inerente a actividade financeira e cujo objectivo consiste em:

- Fortalecer a estrutura de capital das instituições;
- Promover a estabilidade financeira;
- Favorecer a adopção das melhores práticas de gestão de riscos; e
- Estimular maior transparência e disciplina de mercado.

O presente Relatório foi preparado com o objectivo de dar resposta as exigências do Pilar III de Basileia 2 que é complementar às exigências de capital mínimo (Pilar I) e do processo de revisão e supervisão (Pilar II), estabelecendo os critérios para a divulgação pública de informação, que permita aos participantes do mercado avaliar o âmbito de aplicação, o capital, os níveis de exposição ao risco, os processos de avaliação de risco, bem como os níveis de adequação de capital das instituições de crédito.

Cumprindo com o previsto no Aviso n.º 19/GBM/2013 emitido pelo Banco de Moçambique, o presente Relatório de Disciplina de Mercado, tem por objectivo complementar o Relatório e Contas de 2015, através da divulgação ao mercado de informação detalhada sobre a solvabilidade e liquidez do Moza (formalmente designado por Moza Banco SA e adiante simplesmente designado por "Banco" ou "Moza"), da exposição aos diferentes riscos, bem como das principais políticas e práticas adoptadas para assegurar a adequada e prudente gestão do risco.

A estrutura do Relatório visa cumprir com o definido pelo Aviso n.º 19/GBM/2013, bem como o indicado na Circular 02/SCO/2013, assegurando o correcto e exaustivo entendimento do perfil de risco e posição de solvabilidade e liquidez do Banco. Assim, os seus conteúdos além de terem subjacente a óptica prudencial foram construídos tendo em vista a disponibilização da informação relevante para o mercado, cumprindo o espírito de melhores práticas do Pilar III de Basileia 2.

Os valores monetários apresentados, excepto quando claramente explícito, encontram-se em milhares de Meticais e reflectem as posições do Banco à data de 31 de Dezembro de 2015.

Alterações Relevantes

O exercício económico de 2015 foi marcadamente relevante para instituição, uma vez que foi o ano em que o Moza apresentou robustos níveis de crescimento de actividade e a consolidação definitiva da sua presença no sistema bancário nacional. Por outro lado, em Novembro de 2015, o Moza alterou a sua imagem de marca no âmbito de um posicionamento cada vez mais próximo daqueles que são o seu maior activo, os clientes.

II. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A presente declaração de responsabilidade emitida pelo Conselho de Administração do Moza Banco, incide sobre o Relatório de Disciplina de Mercado, com referência a Dezembro de 2015, no âmbito do cumprimento dos requisitos descritos no Aviso n.º 19/GBM/2013 do Banco de Moçambique.

No que respeita a informação apresentada no Relatório de Disciplina de Mercado 2015, o Conselho de Administração do Moza Banco:

- Certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- Assegura a qualidade de toda a informação divulgada;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente aquele a que o presente relatório se refere.

Maputo, Maio de 2015

Conselho de Administração do Moza Banco, SA

III. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Introdução

O Moza Banco ("Moza") é um banco comercial que opera no mercado Moçambicano desde Junho de 2008. Desde a data da sua constituição o Moza tem vindo a cimentar a sua presença e marca de uma forma consistente, alinhada com a gradual expansão da sua rede de distribuição a par de um continuado foco nas necessidades dos seus clientes.

Com a aprovação por parte dos seus accionistas, em finais de 2013, do Plano Estratégico para o período compreendido entre 2014 e 2018, o Moza iniciou um gradual processo de transformação e reforço do seu modelo de negócios, passando de uma Instituição que servia primeiramente os segmentos de Corporate e Private Banking, para um posicionamento mais próximo do segmento de Retalho e Mass Market, numa clara transformação para um posicionamento de Banco universal.

O ano de 2015 ficará para sempre marcado na história da Instituição pela mudança de imagem corporativa do Moza, num claro esforço de aproximação e generalização da abordagem do Banco ao mercado Moçambicano. A nova imagem do Moza pretende espelhar o reforço dos valores da responsabilidade, da competência, do profissionalismo,

da orientação para o cliente, referências inequívocas da cultura empresarial e corporativa da Instituição.

Ao longo dos seus apenas 8 anos de existência, o Moza tem demonstrado níveis de crescimento robustos e consolidação da sua actividade, ocupando no final de 2015 a quarta posição no ranking bancário nacional com quotas de mercado de activo de 8,9% e de volume de negócio de 7,6%, voltando a apresentar níveis significativos de crescimento na generalidade dos seus indicadores de performance, notoriedade e solidez.

No desempenho das suas funções, o Banco assume riscos susceptíveis de causar impactos negativos nos retornos esperados. Deste modo a existência de uma estrutura de gestão capaz de optimizar a relação entre a maximização do retorno e a minimização dos riscos constituem um pressuposto essencial para a solidez do Banco. É com base nesse pressuposto que o Moza adopta por política e princípio uma gestão de risco rigorosa e dotada de todos os meios necessários para assegurar a viabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio e da estratégia do Banco. Para dar cobertura aos diversos riscos inerentes da sua actividade, a gestão é regida por princípios, procedimentos e metodologias de controlo e reporte ajustadas à dimensão e complexidade do Banco.

A função de Gestão de Risco do Moza visa, essencialmente, identificar, avaliar, mensurar, controlar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Banco se encontra exposto (interna e externamente), de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados e, dessa forma, não afectem negativamente a situação patrimonial. Esta gestão é efectuada através de:

- Fiscalização activa pelos órgãos de administração e gestão de topo;
- · Politicas, procedimentos e limites adequados;
- Sistemas adequados de medição, acompanhamento e de informação de gestão;
- · Controlos internos abrangentes.

IV. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA FUNÇÃO RISCO

Perfil de risco do Banco

O Perfil de Risco do Banco tem subjacentes os seguintes riscos, considerados materialmente relevantes, cuja gestão dos mesmos é essencial para o desenvolvimento, rendibilidade e sustentabilidade do negócio, assegurando a conformidade com os requisitos e definições legais, designadamente uma correta determinação de fundos próprios e gestão de liquidez adequados às exposições aos diversos riscos decorrentes da actividade financeira:

Risco	Descrição	Metodologia Adoptada
Risco Operacional	A gestão deste risco é efectuada com base em instrumentos que permitem identificar, avaliar, mensurar e controlar os riscos que podem afectar o capital e os resultados do Banco (produtos, serviços, processos e sistemas).	Método do Indicador Básico (BIA
Risco de Crédito	Para a gestão deste risco, o Banco dispõe de metodologias que permitem quantificar o risco envolvido em exposições individuais a mutuários ou contrapartes e ainda analisar o crédito a nível do produto e da carteira total com o objectivo de identificar eventuais sensibilidades e concentrações.	Metodologia Imparidade + Metodologia Standard Simplificada
Risco de Taxa de Juro	Para a gestão deste risco o Banco possui sistemas de medição consistentes com a complexidade e leque de actividades com vista a avaliar o efeito das alterações das taxas de juro nos resultados e valor económico.	Análise de Gaps / Análise de Sensibilidade
Risco de Taxa de Câmbio	O Banco dispõe de sistemas de medição que tomam em conta as fontes de risco da taxa de câmbio com vista a avaliar o efeito da variação da taxa de cambio na rentabilidade, no valor económico e ainda mitigar tempestivamente os efeitos adversos das flutuações.	Metodologia Regulamentar Standard

Risco	Descrição	Metodologia Adoptada
Risco de Liquidez	A gestão de Liquidez é uma condição necessária ao funcionamento do Banco, por isso, deve considerar-se este risco como materialmente relevante. Com vista a gestão eficiente deste risco, o Banco possui sistemas de informação de gestão que permitem identificar, medir, acompanhar e controlar o risco presente e futuro.	Limited Funding Approach/Stress Testing
Risco de Concentração de Crédito	O Risco de Concentração pode ser definido como a existência de factores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração daqueles factores implica um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma daquelas contrapartes. O Banco possui ferramentas capazes de identificar concentrações a um único individuo ou a uma contraparte, a um grupo de contrapartes correlacionadas ou a sectores de actividades.	Indicadores de concentração individual e sectorial Reporte dos grandes riscos
Risco de Estratégia	Para a gestão deste risco o Banco possui um Plano Estratégico consistente com o âmbito de negócio, complexidade, ambiente externo e factores internos da Instituição, incluindo a sua dimensão e recursos.	Evolução de Risco
Risco Reputacional	A gestão do Risco Reputacional é efectuada com base na monitorização das actividades desenvolvidas pelo Banco, por forma a mitigar os impactos negativos, decorrentes da recuperação de imagem, da diminuição de clientes e de receita do Banco.	Avaliação Qualitativa

O Moza tem vindo a desenvolver uma estrutura de gestão e acompanhamento dos diferentes riscos, procurando dotar gradualmente (a medida das disponibilidades internas e de mercado) as estruturas orgânicas de meios técnicos e humanos que se revelam ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra exposta.

Face ao exigente processo de adaptação a Basileia II e às restantes necessidades





decorrentes do negócio, o Banco tem vindo a implementar diversas iniciativas, no âmbito do Plano Estratégico, com vista a melhorar a sua eficiência e eficácia na gestão dos riscos. Dentre vários projectos e iniciativas, enumeramos os seguintes:

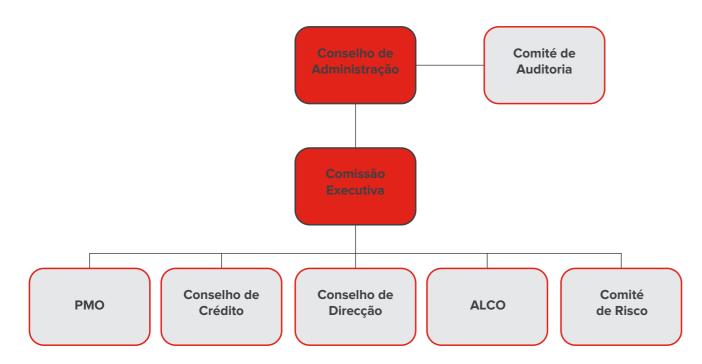
- Automatização do cálculo de Provisões Regulamentares;
- Automatização e sofisticação do modelo de cálculo de imparidades;
- Implementação da metodologia e relatório ICAAP;
- Realização de testes de esforço (Stress Testing);
- Desenvolvimento do modelo de rentabilidade ajustadas ao risco (RAROC de Medição);
- Desenvolvimento de uma Central de Balanços (ferramenta de registo da informação financeira dos clientes);
- Desenvolvimento de ferramentas de gestão de risco de concentração (incluindo os grandes riscos).

Responsabilidades pela gestão do risco

Os Órgãos de Administração detêm, em última instância, a responsabilidade pelo nível de riscos assumidos pela Instituição. Consequentemente, devem aprovar estratégias globais de negócio e as políticas, incluindo as relacionadas com a tomada e gestão de riscos, devendo igualmente assegurar que a gestão de topo é plenamente capaz de gerir as actividades que a instituição desenvolve. É responsabilidade do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, enquanto Órgãos decisores do Banco, partilharem o mesmo nível de compreensão da dimensão e materialidade dos riscos da actividade e definir o grau de tolerância ao risco a que o Moza está exposto, bem como conceber políticas e procedimentos de gestão de risco ajustados aos riscos que emergem da actividade desenvolvida.

Deste modo, o controlo e a gestão dos riscos materialmente relevantes a que o Banco está exposto são assegurados pelo Conselho de Administração (CA), Comissão Executiva (CE), Comité de Auditoria, Comité de Risco, Comité PMO, Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Conselho de Crédito e pelas Direcções de Risco, Tesouraria e Mercados (DTM), Auditoria Interna e Gabinete de Compliance (GC) em conjunto com os Órgão Colegiais do Banco.

O Comité de Auditoria constitui o Órgão de Supervisão Interno do Banco, sendo que o Conselho de Crédito e o Comité de Gestão de Activos e Passivos são os Órgãos de Gestão do Risco.



O Moza tem vindo a desenvolver automatismos e uma estrutura de gestão e acompanhamento dos diferentes riscos, procurando dotar, gradualmente e a medida das disponibilidades internas e de mercado, as estruturas orgânicas de meios técnicos e humanos que se revelam ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra exposta.

Para a gestão integrada de capital e dos riscos apontam-se como principais intervenientes e respectivas responsabilidades os seguintes:

Conselho de Administração: É o Órgão de Administração que actua em representação dos accionistas da sociedade. Assegura o acompanhamento e cumprimento dos objectivos prédefinidos e a optimização do binómio risco/retorno através de um conjunto de ferramentas e acções:

- Definição e revisão da Missão, Visão e Valores;
- Definição e alinhamento dos Objectivos Estratégicos no contexto da envolvente Externa;
- Aprovação e acompanhamento do plano estratégico;
- Reuniões de Conselho de Administração;
- Informação de Gestão;
- Participação do Comité de Auditoria

Comissão Executiva: É o Órgão responsável pela gestão corrente da actividade do Moza, pelo desenvolvimento de toda a sua actividade e pela representação Institucional do Moza junto de todos os stakeholders. Tem como função acompanhar continuamente a evolução da actividade, nomeadamente através da análise e avaliação de indicadores chave, monitorização da execução de projectos estruturantes, tomada de decisões, acções e medidas em curso, bem como dos resultados alcançados em cada iniciativa.

Comité de Auditoria: É o Órgão responsável por assegurar a implementação de um mecanismo de controlo efectivo. O Comité de Auditoria foi estabelecido sob proposta do Conselho de Administração do Moza, aprovado em Assembleia Geral, do dia 19 de Março

de 2014, com vista a apoiar o Conselho de Administração na supervisão e monitorização do cumprimento dos objectivos traçados para as áreas de Compliance, Risco e Auditoria, bem como em assegurar o cumprimento das leis, normativos e regulamentos relevantes.

Comité de Risco: Órgão de carácter consultivo, com principal função de apoiar a Comissão Executiva na monitorização, avaliação e evolução do perfil integrado de risco do Banco. Tem como objectivo, propor políticas, processos e metodologias de avaliação, gestão e controlo das principais naturezas de risco inerentes ao desenvolvimento da actividade do Banco, quer risco financeiro e não financeiro.

Comité PMO: Órgão de carácter consultivo da Comissão Executiva, com a função de acompanhamento da execução do Plano Estratégico aprovado pelos accionistas. Tem como objectivo, analisar e debater as questões críticas associadas à implementação do Plano Estratégico, assim como propor medidas que visam garantir níveis de execução estabelecidos.

Conselho de Crédito: O Conselho de Crédito (CC) é constituído por nomeadamente: (i) Administradores Executivos designados pela Comissão Executiva; (ii) Directores Coordenadores Corporate e Institucionais, Retalho, Private Banking; (iii) Direcção de Crédito. O Conselho de Crédito reúne-se formalmente uma vez por semana e é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva ou pelo Administrador Executivo que este designar. Este conselho delibera sobre as propostas de crédito de valores elevados fazendo uma análise aprofundada de custo/beneficio visando mitigar o risco de crédito.

Conselho de Direcção: Órgão de carácter consultivo que tem a principal função apoiar a Comissão Executiva na avaliação do desempenho das actividades do Moza, procurando garantir o nível de cumprimento dos objectivos definidos e propor medidas estratégicas para o seu alcance. Este fórum congrega a totalidade da estrutura Directiva do Banco, promovendo a gestão participativa e alargada.

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO "Assets and Liabilities Committee"): Órgão de consulta da Comissão Executiva para a execução da política financeira definida para o Banco, sobre a forma de gestão integrada de activos e passivos, garantindo a implementação de acções no âmbito de normas e procedimentos visando a gestão efectiva dos riscos de mercado (cambial, variação de taxa de juro, reprincing) e de liquidez. Desempenha um papel activo na elaboração de propostas de política de preços, baseada na atempada avaliação dos desenvolvimentos em matéria macroeconómica interna e externa, em estrita coordenação com o Gabinete de Estudos.

Comité de Projectos Estruturantes: Órgão com função consultiva, para apoiar na avaliação, monitorização e acompanhamento dos projectos estruturantes e transversais do Banco, incluindo pedidos de desenvolvimentos diversos. Tem como objectivo propor a Administração do Banco, a priorização das actividades bem como as necessárias decisões estratégicas.

Comissão de Vencimentos: A Comissão Vencimentos tem funções consultivas em matéria de política de remuneração a aplicação aos Órgãos Sociais do Moza. De salientar que a política remuneratória dos membros dos Órgãos da Sociedade é anualmente revista.

Direcção de Risco: Compete a esta área assegurar uma gestão de qualidade da carteira do crédito do Banco, através de melhores práticas de gestão e análise do risco implícito nas operações de crédito, bem como assegurar a gestão eficiente do capital da Instituição no que se refere a exposição aos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Direcção de Tesouraria e Mercados: No âmbito de gestão de risco, compete-lhe conceber, desenvolver e acompanhar a gestão financeira do Banco, a gestão de liquidez, a actuação nos mercados financeiros, a gestão do risco de mercado e liquidez, também acompanhados pela Direcção de Risco, que opera como uma segunda linha de controlo dos limites prudenciais e regulamentares estabelecidos.

Direcção de Auditoria Interna: No âmbito da gestão de risco, compete à Direcção de Auditoria o apoio ao Conselho de Administração e Comissão Executiva do Banco na verificação do cumprimento das políticas e procedimentos, com vista a avaliar a eficácia e eficiência dos controlos que mitigam os riscos associados aos processos e transacções inerentes à actividade do Banco, isto é, presta assessoria à Administração do Banco quanto ao desempenho das atribuições definidas para cada Unidade Orgânica, mediante as directrizes, políticas e objectivos previamente determinados.

Gabinete de Compliance: No âmbito de gestão de risco, compete ao gabinete de Compliance - Área de Controlo Interno a sistematização e a avaliação da adequação do Sistema de Controlo Interno do Banco, bem como a identificação de melhorias a implementar ao nível dos processos internos para mitigação dos riscos. São identificadas recomendações para reforço dos controlos existentes ou implementação de novos controlos. Esta área elabora anualmente um Relatório detalhado do Sistema de Controlo Interno do Banco.

V. ESTRUTURA DE CAPITAL

Informação Qualitativa

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu





negócio; e

· Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno e maximizar o valor aos accionistas.

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, os Fundos Próprios do Moza foram apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente, o disposto no Aviso n.º 14/ GBM/2013. Os Fundos Próprios Totais resultam da soma dos Fundos Próprios de Base (Tier 1) e dos Fundos Próprios Complementares (Tier 2), e da subtração da componente deduções.

- Tier 1 capital: capital social (liquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- Tier 2 capital: dívida subordinada, imparidade colectiva e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A política seguida pelo Moza Banco, em termos de solvabilidade, prevê a retenção de capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade acima dos 8%, exigidos pelo Banco de Moçambique. O Moza Banco procedeu em 2015 a um aumento de capital social no valor global de MZN 249.192.000,00 tendo em vista fortalecer o seu balanço, manter elevados níveis de solvabilidade e ainda fazer face ao plano de expansão de Unidades de Negócios definido no seu Plano Estratégico.

Apresenta-se, de seguida, os valores referentes aos Fundos Próprios para 2015 e 2014.

Fundos Próprio de Base	2015	2014
Capital Social	2.129.192	1.880.00
Reservas legais e resultados não distribuidos	49.287	26.34
Resultados positivos transmitidos de exercícios anteriores	184.849	54.84
Total dos Fundos Próprios de Base Positivos	2.363.328	1.961.19
Activos Intangíveis	(612.929)	(435.268
Imaparidade do crédito de acordo com o aviso do BDM	(569.058)	(294.38
Total dos Fundos Próprios de Base Negativos	(1.181.987)	(729.65
Fundos Pórpprios de Base (Tier I)	1.181.341	1.231.53
Fundos Próprios Complementares (Tier II)	2015	2014
Empréstimos obrigacionistas subordinados	590.670	615.76
Outros	2.187	1.86
Total dos Fundos Próprios Completamente Positivos	592.857	617.63
Total dos Fundos Próprios Complementares Negativos		
Fundo Próprios Complementares (Tier II)	592.857	592.85
Fundos Próprios de Base e Complementares (Tier I e Tier II)	1.774.198	1.849.17

VI. ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

Informação Qualitativa

O Banco introduziu em 2015 a metodologia Auto-avaliação da Adequação de Capital Interno (ICAAP). Este processo culminou com a definição do perfil de risco do Banco e com a implementação de uma ferramenta de cálculo, de acordo com a metodologia de quantificação e agregação dos riscos.

A framework de ICAAP visa assegurar que os níveis de fundos próprios e a liquidez que o Banco dispõe, garantem a resiliência e que o capital detido pelo Banco é suficiente para fazer face a potenciais acontecimentos adversos inesperados (riscos específicos assumidos).

A implementação do Stress Testing, que compõe os diferentes testes de sensibilidade e de cenários a executar por parte do Banco, permitem avaliar a exposição do Banco a cenários adversos que se considerem chave para o negócio do Banco e que possam impedir que o Banco alcance os resultados esperados. Para além disso, o Stress Testing é uma ferramenta importante para a definição do perfil de risco do Banco e o processo de planeamento de capital e liquidez.

O montante de capital detido pelo Moza é calculado com base nos requisitos mínimos de capital regulamentar definidos pelo Banco de Moçambique (BM) para os riscos de crédito, mercado e operacional. Os requisitos mínimos de capital regulamentar total do Banco são avaliados em 8% dos activos ponderados pelo risco, conforme previsto no aviso nº 14/ GBM/2013.

Exigência de Capital para Risco de Crédito por Classes de Risco

Classes de Risco	Activos Po	nderados
Classo 1 Administrações contrais		
Classe 1 – Administrações centrais	-	50.942
Classe 2- Organizações Internacionais	-	-
Classe 3- Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	-	-
Classe 4- Autoridades Municipais	663	-
Classe 5 - Empresas Públicas	701.70	718.028
Classe 6 - Instituições de Crédito	1.057.912	1.019.330
Classe 7 - Empresas	11.177.506	9.449.790
Classe 8 - Carteira de Retalho Regulamentar	1.250.133	1.048.266
Classe 9 - Entidades do Sector Público	15.371	5.042
Classe 10 - Exposições Garantidas por Bens Imóveis	172.371	165.229
Classe 11- Créditos Vencidos	172.186	315.147
Classe 12- Risco Elevado	191.770	-
Classe 13- Outros Activos	2.930.023	2.174.490
Total	17.497.266	14.946.263

Os activos ponderados pelo risco para cobertura de risco de crédito, em 2014 situaramse nos MZN 14.946.263, este valor cresceu em 17% no ano de 2015, situando-se em MZN 17.497.266.

Exigência de Capital para Risco de Mercado

Exigência de Capital para Risco de Mercado		
	2015	165.647
Exigência de Capital	2014	2.633.264

Os activos ponderados pelo risco para cobertura de mercado, situaram-se em 2014 nos MZN 2.633.264.030, este valor sofreu uma redução mercê da desaceleração do negocio cambial, posicionando esta cifra em MZN165.647. As posições em divisas ascendiam a MZN2.633.264 e 2.177.885 respectivamente.

Exigência de Capital para Risco Operacional (utilizando o método de indicador básico, simplificado)

	Exigência de Capital em 2014	Exigência de Capital em 2015				
Valor do Indicador Básico	2011	2012	2013	2014	103.220	176.929
Valor do indicador basico	315.211	615.883	1.133.314	1.789.392	103.220	170.323

Os activos ponderados pelo risco para cobertura de risco operacional, em 2015 situaram-se em MZN 176.929 contra os MZN 103.220 do ano anterior.

Rácio de Solvabilidade Total

Rácios Prudenciais	2015	2014
Fundos Próprios	1.774.198	1.849.172
Total dos Riscos	17.839.843	17.682.747
Risco de Crédito	17.497.267	14.946.263
Risco Operacional e de Mercado	342.576	2.736.484
Rácio de Solvabilidade		
Tier 1	6,62%	6,96%
Tier 2	3,32%	3,49%
Rácio solvabilidade Total	9,95%	10,46%
Rácio solvabilidade Exigido	8,00%	8,00

Com vista a dar resposta às alterações regulamentares do Banco de Moçambique, o Moza iniciou o reporte dos rácios de solvência de acordo com Basileia 2, a partir de 1 de Janeiro de

Não obstante os factores conjunturais e a situação económica do país, que se consubstanciam numa desaceleração do negócio bancário, o Moza continuou a demonstrar uma situação de solvência favorável, com o rácio de adequação de fundos próprios totais a ultrapassar 8% e um rácio core Tier I de 6.62%.

VII. RISCO DE CRÉDITO

Informação Qualitativa

De acordo com as disposições regulamentares (Aviso n.º 11/GBM/2013), as Instituições de Crédito devem determinar requisitos de fundos próprios para o risco de crédito. Assim sendo, para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios para a cobertura do risco crédito, a 31 de Dezembro de 2015, o Moza adoptou o Método Padrão Simplificado.

<u>Definições relevantes para Efeitos Contabilísticos</u>

Risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contrapartes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco.

Crédito Vencido traduz o incumprimento do plano de reembolso estabelecido entre o Banco e uma contraparte, independentemente das razões que motivaram tal incumprimento. O crédito vencido é reconhecido logo no primeiro dia de incumprimento, enquanto que o "crédito com incumprimento" representa o crédito vencido há mais de 90 dias de acordo com o estabelecido no Aviso 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro.

Por outro lado, o **Crédito Objecto de Imparidade** é todo aquele que, em função da análise efectuada (individual ou colectiva), apresente sinais objectivos de expectativas de perdas, conforme definido no modelo interno de imparidade (os sinais em referência são o crédito vencido no Moza, crédito vencido no Sistema Bancário, crédito reestruturado, etc.).

Método Usado para a Determinação de Imparidade (Correções de Valor da Carteira de Crédito)

Segundo as Normas Internacionais de Contabilidade, International Accounting Standards 39 (IAS 39), um activo ou grupo de activos encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência objetiva da ocorrência de perdas, após o reconhecimento inicial do activo, que possam impactar os fluxos de caixa futuros estimados. Assim sendo, para os activos com evidência objetiva de imparidade, o valor de imparidade corresponde à diferença entre o valor de balanço e o valor actualizado dos fluxos de caixa futuros estimados.

O actual modelo de imparidade usado pelo Moza Banco efetua os cálculos de imparidade de





- Análise Individual onde são agrupados todos os mutuários: i) com créditos na situação regular com exposição total superior a MZN 30 milhões e ii) com créditos na situação irregular a mais de 90 dias com exposição total superior a MZN 7,5 milhões.
- Análise colectiva onde são agrupados todos os mutuários: i) com créditos na situação regular com exposição igual ou inferior a MZN 30 milhões e ii) com créditos na situação irregular a mais de 90 dias com exposição total igual ou inferior a MZN 7,5 milhões.

Método Usado para a Determinação de Provisões Regulamentares As provisões regulamentares mínimas da carteira de crédito são calculadas em função das diretrizes emanadas no Aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique.

As provisões calculadas são as seguintes:

Provisões para Riscos Gerais de Crédito – que incidem sobre o valor total do crédito, incluindo o representado por aceites, garantias e avales prestados, mas excluindo o crédito vencido;

Provisões para Crédito Vencido – que incidem sobre o valor total dos créditos que estejam enquadrados nas classes de risco abaixo indicadas:

- Classe 1 até 30 dias;
- Classe 2 de 31 a 90 dias;
- Classe 3 de 91 a 180 dias;
- Classe 4 de 181 a 360 dias; e
- Classe 5 acima de 360 dias.

Movimento das Perdas por Imparidade

O movimento das perdas de imparidade durante o exercício de 2015 apresenta-se como se segue:

2015	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	250.863	117.970	368.833
Imparidade do exercício	357.537	123.744	481.281
Reversões do exercício	(99.066)	(105.949)	(205.015)
Utilização/Regularização	(131.887)	1.391	(130.496)
Saldo Final	377.447	137.156	514.603
2014	Individual	Colectiva	Total
2014 Saldo de abertura	Individual 136.852	Colectiva 92.929	Total 229.781
			2.55
Saldo de abertura	136.852	92.929	229.781
Saldo de abertura Imparidade do exercício	136.852 230.132	92.929 84.562	229.781 314.694

As variações verificadas entre os dois exercícios decorrem do crescimento verificado ao nível da carteira de crédito, com um acrescido esforço de imparidades do exercício, também acompanhado por uma maior reversão de imparidades anteriormente constituídas. De realçar que o crescimento do peso relativo da imparidade individual no total das imparidades prende-se com factores conjunturais da economia, e com o índice de concentração em operações cuja exposição agregada ultrapassa o trigger definido no modelo de imparidade do Banco que obriga a uma análise individual para efeitos de determinação das imparidades do crédito.

O Moza efectua o abate dos créditos ao activo quando considera que determinado crédito é incobrável, após terem sido efetuados todos os esforços de recuperação (judicial e extrajudicial), sendo que nessa altura reflecte-se este movimento como utilizações de imparidade para o abate do crédito (*write-offs*).

Descrição Geral da Política de Gestão de Risco de Concentração

De acordo com a regulamentação em vigor, Circular 03/SCO/2013 do Banco de Moçambique, "entende-se por risco de concentração de crédito uma exposição ou grupo de exposições em risco com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade do Banco ou a capacidade para manter as suas principais operações. Em particular, o risco de concentração de crédito decorre da existência de factores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração daqueles factores implica um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma daquelas contrapartes".

Para garantir uma gestão eficaz do risco de concentração, o Banco tem em conta as seguintes etapas:

- Identificação identificação de riscos de concentração (exposição relevante);
- Avaliação avaliação da magnitude dos riscos identificados e o seu impacto com vista a que os mesmos sejam mitigados e reportados;
- Acompanhamento acompanhamento da evolução e o estado dos riscos avaliados, estabelecendo reportes internos e externos;
- Controlo O controlo dos riscos identificados, através de procedimentos de mitigação.

A gestão de risco de concentração tem por base a definição de limites internos à exposição para com determinados tipos de contraparte e/ou tipo de crédito. Periodicamente faz-se uma monitorização e actualização destes limites em função da evolução das exposições e das condições do mercado.

Para além dos limites internamente definidos, o Banco controla ainda o seu risco de concentração através da observação dos limites a exposições significativas a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes Relacionadas.

Factores de Risco Considerados para a Análise de Correlações entre as Contrapartes

Relativamente aos factores de risco subjacentes ao incumprimento de conjuntos de contrapartes, são particularmente relevantes:

- · Região geográfica
- Família de produto
- · Tipo de taxa de juro utilizada
- · Garantia associada
- Cliente
- Sector de actividade económica
- Prazo Total
- Prazo residual
- Família de produto por região
- Sector de actividade por região.

ECA e ECAI usadas

Para o exercício financeiro de 2015, o Banco utilizou as avaliações de qualidade de crédito atribuídas pelas agências de crédito de exportação (ECA) definidas no website (www.oecd. org) da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). As posições em risco de Países e Instituições sem classificação pela ECA foram ponderadas de acordo com as classificações da agência de notação externa de crédito (ECAI) da Standard & Poors.

Total Exposição Bruta ao Risco de Crédito por Tipo de Exposição

Exposição Bruta ao Risco de Crédito Relativa a Elementos do Balanço	2015	2014
Caixa e Disponiblidades em Banco Central	2.891.637	1.706.271
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	479.149	961.467
Aplicações em Instituições de Crédito	1.868.335	2.649.495
Activos Financeiros Detidos para Negociação	1.644.212	776.868
Activos Financeiros Detidos para Venda	17.937.497	1.413.516
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	2.510.842	13.649.852
Outros	117.562	-
Total Exposição	27.449.234	21.157.469
Exposição Bruta ao Risco de Crédito Relativa a Elementos Extrapatrimoniais	2015	2014
Garantias	3.126.166	2.793.474
Cartas de Crédito	1.264.802	1.606.171
Total Exposição	4.390.968	4.399.645
Total (Balanço e Extrapatrimonial)	31.840.202	25.557.115

As tabelas acima reflectem as exposições máximas à data de 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, relativamente ao risco de crédito na posição financeira e nos instrumentos extrapatrimoniais, sem considerar o valor das garantias detidas.

Distribuição Geográfica das Exposições (2015)

Distribuição		Moçambique			Estrangeiro				Estrangeiro				
Geográfica das Posições em Risco 2015	Sul	Centro	Norte	Total	Alemanha	Portugal	Suiça	Outros	Total	Total			
Caixa e disponibilidade													
em Banco CentralV	2.891.637	-	-	2.891.637	-	83.363	-	-	-	2.891.637			
Disponibilidade sobre													
instituições de crédito	268.558	-	-	268.558	8.707	245.290	20.189	98.332	210.591	479.149			
Aplicações em instituições													
de crédito	28.000	-	-	28.000	45.917	-	36.750	1.511.377	1.840.335	1.868.335			
Activos financeiros													
detidos para negociação	1.667.475	-	-	1.667.475	-	-	-	-	-	1.667.475			
Activos financeiros													
disponiveis para venda	1.259.345	-	-	1.259.345	-	-	-	1.254.179	1.254.179	2.513.524			
mpréstimos e													
adiantamentos a clientes	14.847.598	1.259.035	1.908.780	18.015.413	-	-	-	-	-	18.015.413			
Total Balanço	20.362.613	1.259.035	1.908.780	24.103.428	54.624	329.653	56.939	2.863.888	3.305.105	27.435.533			
Garantias	2.959.645	34.113	132.407	3.126.165	-	-	-	-	-	3.126.165			
Cartas de Crédito	930.077	17.108	317.618	1.264.803	-	-	-	-	-	1.264.803			
Total Fora do Balaço	3.889.722	51.221	450.025	4.390.968	-	-	-	-	-	4.390.968			
Grande Total	24.852.335	1.310.256	2.358.805	28.521.396	54.624	329.653	56.939	2.863.888	3.305.105	31.826.501			

Distribuição Geográfica das Exposições (2014)

Distribuição Geográfica das		Moçambique				Estrangeiro				
Posições em Risco 2014	Sul	Centro	Norte	Total	Alemanha	Portugal	Suiça	Outros	Total	Total
Caixa e disponibilidade										
em Banco CentralV	1.706.271	-	-	1.706.271	-	96.369	-	-	-	1.706.27
Disponibilidade sobre										
instituições de crédito	276.831	-	-	276.831	552.355	654.704	-	35.912	684.636	961.467
Aplicações em instituições										
de crédito	1.816.896	-	-	1.816.896	-	-	-	177.895	832.599	2.649.495
Activos financeiros										
detidos para negociação	776.868	-	-	776.868	-	-	-	-	-	776.868
Activos financeiros										
disponiveis para venda	440.004	-	-	440.044	-	-	524.908	448.564	973.472	1.413.516
mpréstimos e										
adiantamentos a clientes	11.360.277	1.111.330	1.547.077	14.018.685	-	-	-	-	-	14.018.685
Total Balanço	16.377.187	1.111.330	1.547.077	19.035.595	552.355	751.073	524.908	662.371	2.490.707	21.526.302
Garantias	2.600.907	74.713	117.854	2.793.474	-	-	-	-	-	2.793.474
Cartas de Crédito	1.554.530	18.818	32.823	1.606.171	-	-	-	-	-	1.606.17
Total Fora do Balaço	4.155.437	93.531	150.678	4.399.645	-	-	-	-	-	4.399.645
Grande Total	20.532.624	1.204.860	1.204.860	23.435.240	552.355	751.073	524.908	662.371	2.490.707	25.925.947



2015	Caixa e disponibilidades em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros Activos	Total
Governamental	2.472.465	-	-	981.101	1.259.345	-	-	4.712.91
Seguros	-	-	-	23.263	-	-	-	23.263
Financeiro	-	479.149	1.868.335	60.240	310.332	-	-	2.718.056
Petróleo e Gás Natural	-	-	-	75.085	293.313	-	-	368.398
Retalho	-	-	-	-	-	3.743.990	-	3.743.990
Construção civil	-	-	-	-	-	1.802.799	-	1.802.799
Energia	-	-	-	-	-	766.614	-	766.614
Turismo	-	-	-	-	-	455.916	-	455.916
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	3.176.850	-	3.176.850
Particulares	-	-	-	-	-	3.342.078	-	3.342.078
Serviços	-	-	-	-	-	2.080.702	-	2.080.702
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	2.460.179	-	2.460.179
Agricultura e pesca	-	-	-	-	650.534	98.728	-	749.262
Outros	419.173	-		527.786	-	9.643	117.562	1.074.164
Total	2.891.638	479.149	1.868.335	1.667.475	2.513.524	17.937.499	117.562	27.475.182

Distribuição das Exposições por Sector (2014)

2014	Caixa e disponibilidades em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Total
Governamental	1.353.481	-	-	420.259	437.362	-	2.211.101
Seguros	-	-	-	23.263	-	-	23.263
Financeiro	-	961.467	2.649.495	56.592	164.094	-	3.831.647
Petróleo e Gás Natural	-	-	-	276.755	287.152	-	563.907
Retalho	-	-	-	-	-	3.100.674	3.100.674
Construção civil	-	-	-	-	-	1.001.078	1.001.078
Energia	-	-	-	-	-	658.548	658.548
Turismo	-	-	-	-	-	407.430	407.430
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	2.278.315	2.218.315
Particulares	-	-	-	-	-	2.357.694	2.357.694
Serviços	-	-	-	-	-	2.015.134	2.015.134
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	1.440.153	1.144.153
Agricultura e pesca	-	-	-	-	524.908	101.723	626.631
Outros	352.790	-	-	-	-	717.937	1.070.727
Total	1.706.271	961.467	2.649.495	776.868	1.413.516	14.018.685	21.526.302

VIII. MITIGAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Informação Qualitativa

Instrumentos de Mitigação do Risco

Com vista a salvaguardar-se contra eventuais incumprimentos contratuais por parte dos seus clientes, o Moza utiliza diferentes instrumentos de mitigação de risco de crédito.

Principais Tipos de Colaterais

As operações de crédito são contratadas com um conjunto de garantias consideradas suficientes para minimizar as possíveis perdas que possam surgir em resultado do incumprimento de uma contraparte. Com efeito, o Banco reconhece como principais tipos de garantias as seguintes:

- O aval pessoal;
- As hipotecas de imóveis habitacionais;
- As hipotecas de imóveis comerciais e outros;
- As hipotecas de viaturas/penhores de equipamentos;
- Os penhores de depósitos ou outros activos financeiros;
- As garantias bancárias on first demand;
- Outros.

Tradicionalmente, os créditos à habitação têm como colateral o próprio imóvel objecto de financiamento, sendo que para esta tipologia de crédito, o risco encontra-se geralmente coberto em níveis iguais ou superiores a 100%.

Políticas e Procedimentos de Gestão e Valorização de Garantias Reais

O Banco tem implementado, e encontram-se em processo de melhoria interna, critérios de valorização das garantias das operações de crédito, sendo que o valor apurado é afectado no momento de assunção do risco de crédito, devendo manter-se ao longo da vida da operação, os níveis de cobertura definidos aquando da sua decisão.

A aceitação dos vários tipos de garantias está associada a avaliação da sua maior ou menor liquidez, da volatilidade do seu valor e da relação existente entre o risco da operação e o risco intrínseco da respectiva garantia.

As garantias hipotecárias são avaliadas por entidades especializadas na avaliação de imóveis, com as quais o Banco tem estabelecido acordos para prestação desta tipologia de serviços. O Banco considera um haircut de 80% do valor das hipotecas para mensuração do justo valor.

Os penhores de depósitos ou outro tipo de penhores financeiros são aceites quando se encontrem em custódia/depositados no Moza.

Em termos prudenciais, as garantias usadas para redução do risco de crédito são:

- Caução de depósitos, quando denominadas na mesma moeda e com prazo de vencimento igual ao prazo da operação de crédito;
- Hipoteca de habitação do mutuário, quando a última data de avaliação do imóvel for inferior a 3 anos e a data de vencimento igual ao prazo da operação de crédito;
- Garantias Pessoais, nos termos previstos no Aviso n.º 11/GBM/2013.

Total de Exposição ao Risco de Crédito Abrangida por Colaterais, Garantias, Hipotecas e Outros

2015	Máxima Exposição ao Risco de Crédito	Depósitos	Cartas de Crédito/ Garantias Bancárias	Hipotecas	Outros	Garantias Líquidas	Exposição Líquida
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	479.149	-	-	-	-	-	479.149
Aplicações em Instituições de Crédito	1.868.335	-	-	-	-	-	1.868.335
Activos Financeiros Detidos para Negociação	1.667.475	-	-	-	-	-	1.667.475
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	2.513.524	-	-	-	-	-	2.513.524
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes Empresas	8.960.392	469.995	2.185.773	1.889.604	737.240	5.282.612	3.677.780
Pequenas e Médias Empresas	5.908.672	247.188	145.561	4.171.730	1.114.337	5.678.816	229.856
Particulares	2.947.412	429.090	-	1.378.882	41.726	1.849.698	1.097.714
Outros	635.623	2.236	-	521.262	60.761	584.259	51.364
Outros activos	117.562	-	-	-	-	_	117.562
Total	25.098.144	1.148.509	2.33.334	7.961.477	1.954.065	13.395.385	11.702.761
2014	Máxima Exposição ao		Cartas de Crédito/				E
	Risco de Crédito	Depósitos	Garantias Bancárias	Hipotecas	Outros	Garantias Líquidas	Exposição Líquida
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito		Depósitos -	Garantias	Hipotecas -	Outros		
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito Aplicações em Instituições de Crédito	Risco de Crédito	Depósitos - -	Garantias	Hipotecas - -	Outros - -		Líquida
	Risco de Crédito 961.467	Depósitos - - -	Garantias	Hipotecas - - -	Outros - -		Líquida 961.467
Aplicações em Instituições de Crédito	961.467 2.649.495	Depósitos - - - -	Garantias	Hipotecas - - -	Outros - - -		961.467 2.649.495
Aplicações em Instituições de Crédito Activos Financeiros Detidos para Negociação	961.467 2.649.495 776.868	Depósitos - - - -	Garantias	Hipotecas - - - -	Outros - - -		961.467 2.649.495 776.868
Aplicações em Instituições de Crédito Activos Financeiros Detidos para Negociação Activos Financeiros Disponíveis para Venda	961.467 2.649.495 776.868	Depósitos 405.660	Garantias	Hipotecas 2.015.117	Outros 168.483		961.467 2.649.495 776.868
Aplicações em Instituições de Crédito Activos Financeiros Detidos para Negociação Activos Financeiros Disponíveis para Venda Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	961.467 2.649.495 776.868 1.413.516		Garantias Bancárias - - - -	- - - - -	- - - -	Líquidas - - - -	961.467 2.649.495 776.868 1.413.516
Aplicações em Instituições de Crédito Activos Financeiros Detidos para Negociação Activos Financeiros Disponíveis para Venda Empréstimos e Adiantamentos a Clientes Grandes Empresas	961.467 2.649.495 776.868 1.413.516	- - - - 405.660	Garantias Bancárias - - - -	- - - - 2.015.117	- - - - 168.483	Líquidas 5.533.531	961.467 2.649.495 776.868 1.413.516 - 1.395.836
Aplicações em Instituições de Crédito Activos Financeiros Detidos para Negociação Activos Financeiros Disponíveis para Venda Empréstimos e Adiantamentos a Clientes Grandes Empresas Pequenas e Médias Empresas	961.467 2.649.495 776.868 1.413.516 - 6.929.367 4.673.843	- - - - 405.660 252.744	Garantias Bancárias - - - -	- - - - 2.015.117 4.964.715	- - - - 168.483 811.213	Líquidas 5.533.531 6.028.672	961.467 2.649.495 776.868 1.413.516 - 1.395.836 1.354.829

Conforme indicado, o Banco considera como haircut 80% do valor das hipotecas para mensuração do justo valor.

Em 2015 houve uma maior exposição liquida concentrada nas Grandes Empresas, contrariando a tendência de 2014 cuja concentração correspondia a Instituições de Crédito.

IX. RISCO DE MERCADO

Informação Qualitativa

De acordo com as disposições regulamentares (Aviso n.º 13/GBM/2013), as Instituições de Crédito devem determinar requisitos de fundos próprios para risco de mercado.

Por **Risco de Mercado** entende-se o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros possam variar devido a alterações nas variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio e cotações. Assim sendo, o risco de mercado engloba o Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária, Risco Cambial e Risco de Commodities.

Estratégia de Gestão do Risco

Com vista a garantir que os níveis de riscos incorridos nas diversas carteiras estão de acordo com os níveis de tolerância ao risco do Banco, foram definidos vários limites para os riscos de mercado, que se aplicam a todas as carteiras que, de acordo com o modelo de gestão, podem incorrer nesse respectivo tipo de risco.

Políticas de Cobertura e de Redução de Risco

No que se refere às políticas de cobertura e de redução do risco, relativamente a gestão integrada de activos e passivos, os riscos de mercado no balanço são acompanhados regularmente, os quais são objecto de propostas específicas de cobertura, em função da conjuntura e da percepção da evolução dos mercados.

1. Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária

O Risco de Taxa de Juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou originar perdas no caso de ocorrência de movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A gestão da política e estratégia relacionada com a taxa de juro é definida no comité ALCO, implementado pelo Departamento de Tesouraria e controlado pela Direcção de Risco.

Menos de	3 meses	3 a 12 n	neses	> 12 m	eses	Não vence	em juros	Tot	al
2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
1.706.271	2.891.637	-	-	-	-	-	-	1.706.271	2.891.637
-	-	-	-	-	-	961.467	479.149	961.467	479.149
2.649.495	1.831.830	-	36.505	-	-	23.263	-	2.649.495	1.868.335
309.123	669.609	398.819	388.826	45.663	209.864	-	399.176	776.868	1.667.475
-	-	190.083	396.607	1.220.751	2.114.235	2.682	2.682	1.413.516	2.513.524
2.584.144	1.993.105	3.002.033	2.811.534	8.432.508	23.210.774	-	-	14.018.685	18.015.413
-	-	-	-	-	-	-	117.562	0	117.562
7.249.033	7.386.181	3590.935	3.633.472	9.698.921	15.534.873	987.412	998.569	21.526.302	27.553.095
000 707	2 222 242	42.45.000						0.475.646	2 2 2 2 2 4 2
929.787	2.063.618	1245.828	-		-	-	-	2.175.616	2.063.618
1.882.405	17.235.985	4.714.254	5.999.005	317.793	3.706	-	1.496.014	16.914.452	24.734.710
-	-	-	25.151	205.179	378.242	-	-	205.179	403.393
-	-	-	397.037	1.272.975	1.012.656	-	-	1.272.975	1.409.693
-	-						188.396	0	188.396
12.812.192	19.299.603	5.960.083	6.421.193	1.795.946	1.394.604	0	1.684.410	20.568.221	28.799.810
5.563.159)	(11.913.422)	(2.369.147)	(2.787.721)	7.902.975	14.140.269	987.412	(685.841)	(685.841)	(3.929.694)

A sensibilidade na Demonstração dos Resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é a seguinte:





Ano	Aumento e Diminuição da Taxa de Juro (pontos base)	Impacto nos Resultados Antes de Impostos
2015	+75pb	(2.150)
	-75pb	2.150
2014	+50pb	(1.195)
	-50pb	1.195

2. Risco de Taxa de Câmbio

O Risco Cambial é o risco associado a possibilidade do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio.

A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda sendo que, de acordo com a política do Banco, as posições cambiais são monitorizadas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos internamente bem como os limites definidos pelo Banco de Moçambique.

A gestão da política e estratégia relacionada com o risco de taxa de câmbio é definida no comité ALCO, implementada pelo Departamento de Tesouraria e controlada pela Direcção de Risco.

A tabela abaixo, demonstra a sensibilidade para eventuais alterações em USD, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na Demonstração dos Resultados (antes de imposto) é o mesma que no capital próprio.

Ano	Aumento e Diminuição da Taxa de Câmbio em USD	Impacto em Capitais Próprios
2015	+6%	44.247
	-6%	(44.247)
2014	+5%	1.547
	-5%	(1.547)

Os efeitos individuais por moeda sobre os resultados, assim como sobre os capitais próprios, são determinados de forma independente, o que significa que não há nenhuma compensação económica entre eles.

X. RISCO DE LIQUIDEZ

3. Risco de Liquidez

O **Risco de Liquidez** é o risco associado a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, para além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de garantias de alto grau que possam ser utilizados para assegurar um financiamento adicional, caso seja necessário.

A gestão e o controlo do risco de liquidez são efetuados através da realização de uma análise dos prazos de vencimento dos diferentes activos e passivos do balanço, para mostrar a diferença entre os volumes de fluxos de caixa de entrada e saída, além dos respectivos gaps de liquidez, para cada um dos diferentes períodos.

A política e gestão da estratégia relacionada com o risco de liquidez são definidas pelo ALCO e executado e controlado pela Tesouraria e pela divisão de Gestão de Risco.

Maturidades contratuais não descontadas dos passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco, a 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

2015	A Ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	lotai
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	2.891.637	-	-	-	-	2.891.637
Disponibilidade sobre instituições de crédito	479.149	-	-	-	-	479.149
Aplicação em instituições de Crédito	-	1.831.830	36.505	-	-	1.868.335
Activos financeiros detidos para negociação	23.263	669.609	764.739	209.864	-	1.667.474
Activos financeiros disponiveis para venda	2.682	-	396.607	2.114.235	-	2.513.524
Emprestimos e adiantamentos a clientes	-	1.993.105	2.811.534	-	13.210.774	18.015.413
Outros activos	117.562	-	-	-	-	117.562
Total Activos não descontados	3.514.293	4.494.544	4.009.385	2.324.099	13.210.774	117.562
Passivos Financeiros						
Recursos de instituições de Crédito	262.821	1.800.797	-	-	-	2.063.618
Depósitos e contas correntes	10.935.938	7.796.061	5.999.005	787	2.920	24.734.711
Recuros consignados	-	-	25.151	378.242	-	403.393
Empréstimos Obrigacionistas	-	-	270.240	388.547	750.906	1.409.693
Outros passivos	188.396	-	-	-		188.369
Total Passivos não descontados	11.387.155	9.596.858	6.294.396	767.576	753.826	28.799.811
GAP de Liquidez	(7.872.862)	(5.102.314)	(2.285.012)	1.556.523	12.456.948	1.246.717
2014	À Ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total

2014	À Ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	1.706.271	-	-	-	-	1.706.271
Disponibilidade sobre instituições de crédito	961.467	-	-	-	-	961.467
Aplicação em instituições de Crédito	-	2.225.140	424.355	-	-	2.649.495
Activos financeiros detidos para negociação	23.263	309.123	398.819	45.663	-	776.868
Activos financeiros disponiveis para venda	2.682	-	190.083	470.196	750.555	1.413.516
Emprestimos e adiantamentos a clientes	-	2.584.144	3.002.033	4.940.966	3.491.542	14.018.685
Total Activos não descontados	2.693.683	5.118.407	4.015.290	5.456.824	4.242.097	21.526.302
Passivos Financeiros						
Recursos de instituições de Crédito	929.787	1.245.828	-	-	-	2.175.616
Depósitos e contas correntes	6.268.429	5.613.976	4.714.254	645	317.147	16.914.452
Recuros consignados	-	-	-	205.179	-	205.179
Empréstimos Obrigacionistas	-	-	-	522.068	750.906	1.272.975
Total Passivos não descontados	7.198.216	6.859.805	4.714.254	727.893	1.068.054	20.568.221
GAP de Liquidez	(4.504.533)	(1.741.398)	(698.964)	4.728.931	3.147.044	958.080

XI. RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional

De acordo com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2013 do Banco de Moçambique, Risco Operacional consiste no risco associado a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, em resultado de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Método de Avaliação de Capital para Cobertura do Risco Operacional

Para efeitos de cálculo de requisitos de capital para a cobertura do risco operacional, o Moza adoptou o Método do Indicador Básico (método simplificado) de acordo com o Aviso n.º 04/ GBM/2013, cuja base de cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco operacional (KBIA), corresponde a 15% da média aritmética dos últimos três anos do indicador relevante positivo.

Estratégias e Processos de Monitorização

A estratégia adoptada pelo Moza para a gestão do risco operacional encontra-se integrada na avaliação do sistema de controlo interno e incorpora um conjunto de componentes, nomeadamente:

- Definição e acompanhamento de limites de tolerância ao risco;
- Definição de indicadores de risco de acordo com o catálogo de processos existente no Banco e das actividades desenvolvidas, considerando os riscos operacionais potenciais, actividades de controlo e mitigantes;
- Recolha descentralizada de eventos de risco operacional, perdas e recuperações, incluindo near-misses, reforçada e suportada por procedimentos de controlo;
- Realização de questionários de auto-avaliação dos riscos operacionais potenciais;
- Avaliação dos controlos através dos resultados dos questionários de auto-avaliação e da análise de outras fontes de informação;
- Definição e acompanhamento de indicadores chave de risco;
- Dinamização e acompanhamento da implementação de planos de acção como corolário das restantes componentes da metodologia.

Adicionalmente, o risco operacional é monitorado através do Comité de Risco e Comité de Activos e Passivos (ALCO), Conselho de Crédito e Comité de Auditoria.

XII. PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

Informação Qualitativa

A rubrica de Participações Patrimoniais é representada pelo valor das acções detidas pelo Moza na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), uma instituição financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique e com participação social dos bancos comerciais. A SIMO tem como missão, enquanto entidade financeira, providenciar o acesso aos serviços bancários dos seus sócios, nomeadamente, através de infra-estruturas próprias de ATM e POS.

De referir que o Moza, em termos prudenciais, não consolida a informação financeira referente á mesma.

	201	5	2014	
Exigência de Capital para Risco de Mercado	% Participação	Valor	% Participação	Valor
SIMO	32,1%	2.686	32,1%	2.686
		2.686		2.686







